



Anais da Assembléia

Nº 237

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 1997

ANO XXXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Hortício Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caltó Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Hortício Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 05ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1997
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiele, Duffio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidetazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jólfi Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossini e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3334

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3332

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3333

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, a Rede Globo de Televisão, pelo prêmio de Excelência em Comunicação ao Programa Globo Comunidade, em nome do Senhor Diretor Doutor Francisco Cunha Pereira.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Sob a competente e dinâmica direção do Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, a Rede Globo de Televisão, trilhou e vem trilhando um caminho marcado pelo sucesso.

Recebendo da ONU, o prêmio excelência em Comunicação pelo Programa Globo Comunidade. E por se tratar de uma das mais brilhantes personalidades da vida paranaense, que ao longo dos anos vem conduzindo com eficiência, e determinação: Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, receba os cumprimentos desta Casa de Leis. Esta emissora orgulha a todos os paranaenses, tanto no meio jornalístico, quanto empresarial.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 741/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 123/97, que autoriza o Poder Executivo a promover, nos valores e condições que especifica o refinanciamento da dívida de responsabilidade do Governo do Estado, Visa, ainda, adotar outras providências, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, com apoio do Senhor Deputado Doutor Rosinha, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 741/97**

Suprime o artigo 4º do Projeto de Lei nº 741/97.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) CAIO QUINTANA

Apoio: Doutor Rosinha.

O Senhor Secretário poderá usar da palavra pelo prazo de 30 minutos, prorrogados por mais 15 minutos, podendo ser apartado durante a prorrogação.

O Senhor Secretário somente poderá ser interpelado sobre o assunto, objeto de suas discussões, objeto do requerimento de convocação. Encerrada a exposição do Senhor Secretário, poderão ser formuladas interpelações pelos Senhores Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo mais de 5 minutos.

A Mesa vai dar ampla liberdade aos Senhores Deputados para as perguntas. Requerimento para a inversão da Ordem do Dia. **Aprovado.**

O Senhor Secretário da Fazenda deseja fazer uma exposição inicial.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de sugerir ao Secretário que ele fizesse uma exposição, ou então se antecipar, pois ele sabe quais são os pontos polêmicos e aqueles que são motivos de esclarecimentos para a Casa. Usando um termo do Direito, pois o Secretário é Advogado, pela Economia Processual poderia ele se antecipar e explicar a questão do Banco, da SANEPAR. Detalhando, isso simplificará a nossa argumentação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos para o "ping-pong", sem explanação inicial, porque o assunto já foi debatido e há dúvidas de alguns Senhores Deputados com relação ao Projeto de Não-Privatização do Banco. Quem fará a primeira pergunta? Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli. O Senhor Secretário veio acompanhado por técnicos do Banco do Estado que partici-

parar das negociações do Banco Central.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Secretário, nós, na verdade, só tivemos conhecimento pelos jornais e agora na sessão; certamente posso cometer alguma impropriedade no que diz o texto tão elaborado de forma que, tecnicamente ele possa cumprir a finalidade.

Gostaria de perguntar o seguinte: se de fato é o refinanciamento. Que parte da dívida é essa, ou seja, refinanciamento da dívida mobiliária: refinanciamento da dívida do FDE no valor de 525 milhões e aquisição de atividades do BANESTADO, do FCDS, do PROAGRO. Essa operação é de 1 bilhão, 450 milhões. Fica o Governo autorizado a contratar financiamentos de 840 milhões de reais, ou seja, estamos tratando de duas operações distintas que totalizam 2 bilhões e 300 milhões. Gostaria que o Secretário me respondesse se estou lendo certo.

Senhor Presidente, posso continuar depois mais algumas perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Embora haja algumas ordenações regimentais, pretendo que o debate seja livre, sincero, porque estamos aqui numa parada contra a privatização do BANESTADO.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Da minha parte será com certeza.

O SR. GIOVANI GIONEDIS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, devo aqui fazer uma explicação inicial.

Quando assumi a Secretaria da Fazenda em junho de 1997, já estava em andamento, através de duas Medidas Provisórias do Governo Federal, negociações no âmbito estadual.

Quero alertar o Senhor Presidente, bem como os Senhores Deputados, que estão aqui dois técnicos do Banco do Estado do Paraná que foram as pessoas que fizeram toda a discussão perante o Banco Central do Brasil. Quero também informar os Srs. Deputados que, desde que assumi a Secretaria da Fazenda, encampeei pessoalmente, não só a discussão da Medida Provisória 1590, que é o saneamento ou a privatização do BANESTADO, como da Medida Provisória 1560, convertida na Lei nº 9496, que é o ajuste fiscal do Estado.

Para que se ordene a questão e para que se possa responder essa lei, temos que esclarecer que nesta lei, está se tratando das duas Medidas Provisórias da União Federal.

A primeira com relação ao ajuste fiscal do Estado e a segunda com relação ao saneamento financeiro do BANESTADO.

O Secretário anterior, tentou junto ao Banco Central, aquelas proposições primeiro de passar o BANESTADO para o Fundo de Previdência que iria ser criado, o que foi respondido negativamente pelo Banco Central e tentamos a busca de uma parceria estratégica onde o Banco Central apostava e informava que não haveria condições de parceria estratégica porque não iria ter quem se interessasse. Eles queriam só a privatização.

Temos que voltar um pouco na história.

A Lei nº 9.496 foi a lei feita para os grandes Estados endividados do País como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, possibilitou que se fizesse o saneamento para o ajuste fiscal do Estado. O que o Estado tinha como dívida mobiliária: somente 421 milhões na época em que foi aprovado pelo Congresso Nacional de Letras do Tesouro, emitidas nos anos de 1990 e 1989. Essas dívidas foram roladas mais uma vez e parte delas vence em 98 e parte vence no ano 2000. Quer dizer, não é dívida nem vencida ainda. O Estado não tinha mais dívida a não ser essas dívidas do Banco do Estado que estavam junto ao FDE e como a Medida Provisória dizia que o Estado podia rolar qualquer dívida existente até 31 de março, data da sua edição. Colocamos também no ajuste fiscal e até este momento não se fala em saneamento do BANESTADO, estamos tratando da Lei nº 9.496 que é o ajuste fiscal e naquela oportunidade colocávamos, como dívida do Estado, esta dívida do

FDE perante o Banco do Estado.

Bom, O que é esta dívida do FDE perante o BANESTADO? Os senhores sabem que o Governo Álvaro Dias, o BADEP sofreu intervenção e o Governador Requião tornou a intervenção e liquidação e por um ofício do Governador de então, todo aquele passivo de fomento do BADEP que devia ao BANESTADO por emissões de CDI, por contratações, foi passado do BADEP para o FDE. Então o Estado, - porque o FDE não é nada mais, nada menos do que um Fundo Contábil do Estado - o Estado ficou devedor do Banco do Estado do Paraná, de uma quantia que hoje, corrigida, atinge o montante de 575 milhões de reais.

Bom, também para ajustes do BANESTADO, as dívidas do FCDS e do PROAGRO, no valor de 410 milhões, foram também jogadas para o FDE para melhorar a contabilidade do BANESTADO, isso, já nos idos de 94.

Aproveitamos a oportunidade para pegar essa dívida que se tem com o BANESTADO, jogar ao Governo Federal, para que ele pague ao BANESTADO, quer dizer, vai aportar esses recursos ao BANESTADO e vou refinarçar essa dívida em 30 anos com juros de 6% ao ano que é o ajuste da Medida Provisória, tanto assim que no protocolo firmado do ajuste fiscal, constou, perante o Governo Federal - na cláusula 3ª: "que o protocolo estava condicionado à prévia aprovação pela Assembleia Legislativa Estadual, de lei ou de leis autorizativas e adoção de medidas necessárias à implementação do programa do Governo Federal, desde que obtidas as autorizações necessárias. O Governo Federal refinanciará a dívida mobiliária do Estado que é os 475 milhões previstos, aqui, e a capitalização para o saneamento financeiro do Banco do Estado do Paraná". Porque quando negociamos o ajuste fiscal com o Governo Federal, jogamos limpo com ele. Dissemos que, esta dívida, temos com o BANESTADO. Tanto assim que na fórmula do financiamento, consta um fator que é VBCO, que é o valor do refinanciamento para capitalização e saneamento financeiro do BANESTADO.

Bom, demos o primeiro passo, então, para que toda a dívida mobiliária que o Estado tinha e essa dívida pendente com o BANESTADO, entrasse no ajuste fiscal para refinanciamento em 30 anos. Pois bem, para aí, a questão do ajuste fiscal. Aí entra a negociação do ajuste do BANESTADO. E aí tenho algumas considerações a serem feitas e os técnicos estão aqui para provar o que eu disse.

Quando foi assinado o protocolo do ajuste fiscal com a União, começaram as negociações, porque a Medida Provisória dava prazo até 31 de dezembro para que fosse assinado o financiamento financeiro dos bancos ou privatização dos bancos. E começou a negociação perante o Banco Central. Com as hipóteses que os senhores já conhecem: a hipótese da para o fundo - que não foi aceito pelo Banco Central. Depois da parceria estratégica que também não foi aceita pelo Banco Central.

Aí surgiu o "pacote" do Governo Federal onde houve a mudança da Medida Provisória 15/90, na sua 17ª edição, pela qual a MP estabelecia a data de 5 de dezembro de 97, para que se dissesse que se queria privatizar ou se queria sanear, ou então, somente seria admitida a hipótese de privatização. Isso os senhores devem ter lido nos jornais.

Recebemos uma carta do Banco Central datada de 20 de novembro de 97 e recebida em 24 de novembro de 97, onde o Banco Central dizia: "Porque tínhamos feito uma proposta de saneamento para o Banco Central, com a proposta de trabalhar com uma parceria estratégica. E o Banco Central respondeu pelo Ofício Diret 973503, alegando que, não tinham aceitado essa hipótese de parceria estratégica e diziam o seguinte:

"À vista do acima exposto, aguardo, se for interesse dessa unidade da Federação, nova proposta de saneamento, sendo que os recursos oferecidos como contrapartida do Estado, se não forem integralizados em espécie, observarão o seguinte:

a) Quando representado por ativos, como previsto no parágrafo único, artigo 8º da Medida Provisória 15/90, deverão ser discriminados e acompanhados da avaliação. Quando houver assunção de passivos às instituições financeiras por Estado, os respectivos credores deverão mani-

festar-se de acordo com a substituição do devedor.

Na ocorrência de nova proposta, a mesma deverá ser encaminhada a este Banco Central, até o próximo dia 4 de dezembro de 97, de modo a permitir que o Banco Central examine todos os aspectos relacionados a liquidez das contrapartidas, já que o prazo para celebração dos contratos pertinentes se encerra em 31 de dezembro de 1997. Então, temos um prazo fatal de assinatura do contrato de saneamento do Banco Central, e daí a necessidade da aprovação da lei que é 31 de dezembro de 1997.

Agora, vejamos a boa vontade do Banco Central. Alternativamente, como forma de contribuir para reordenamento do sistema financeiro, sugiro, a exemplo de outros Estados, o desenvolvimento de estudos, contemplando a privatização do Banco e a criação de agência de fomento, aliás já preconizado pela Lei Estadual nº 11.741, no fundo, o Banco Central tentava fazer a privatização do Banco.

Lutamos contra isso, tivemos reuniões junto ao Banco Central, e protocolamos a nova proposta de saneamento perante o Banco Central, porque neste interregno de tempo, o Banco Central fez um levantamento das necessidades para sanear o banco, e chegou ao montante de 1 bilhão, 786 milhões.

A nossa proposta foi a seguinte ao BC: partindo-se do número de 1 bilhão, 786 milhões, pago a minha dívida com a Medida Provisória 1560, que é de ajuste fiscal, esta que falei para Vossas Excelências, e que se resume no projeto, aqueles tópicos do primeiro artigo, que isso representa no ajuste que o BC admite, 633 milhões, restando assim, um saldo de 1 milhão, 153. Este, seria então dividido em dois, porque no saneamento, pela Medida Provisória 1590, o Banco Central financia 50% e tenho que colocar 50%. Então, ficou a soma de 576 milhões, para cada parte, que vou integralizar de capital, dinheiro vindo de financiamento.

Dos 576 milhões que compete ao Estado integralizar, propusemos a assunção do passivo que o BANESTADO tem, perante o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, e conseguimos dessas duas instituições a anuência para a assunção desse passivo, até porque o Estado já é o garantidor dessas operações perante esses bancos.

Então, estamos, no fundo, assumindo o nosso aval, isto representaria que ainda precisaríamos aportar de capital, a importância de 341 milhões para o saneamento do BANESTADO.

Tem uma coisa que ainda colocamos aqui nesta proposta ao Banco Central. Esclarecemos, que diferentemente do BANERJ, e diferentemente do BANESPA, o Banco do Estado do Paraná é um banco que tem 157 mil acionistas, dos quais, 5 mil e 700 empregados e 152 mil acionistas que é a população do Estado do Paraná, e que o Estado só defende a totalidade do capital 47% dessa totalidade do capital. Então, colocamos ao Banco Central, pedimos um prazo de um ano para a integralização, que isto ainda está sendo discutido e que vai ser objeto do contrato para que façamos um grande chamamento a estes acionistas, aos funcionários do Banco do Estado e à população do Paraná para que ela também ajude a aportar o capital.

Vejamos, se nós numa grande campanha conseguirmos aportar os trezentos e quarenta e um milhões, o Estado não vai precisar desembolsar mais nenhum centavo. Por que? Porque o financiamento de quinhentos e setenta e seis que estou fazendo perante ao Banco Central e mais os duzentos e trinta e cinco milhões que estou assumindo de dívida, já vou aportar quase oitocentos milhões de capital no banco.

Então, o espírito daquele 2º ou 3º artigo que Vossa Excelência falou e eu estava ouvindo que está permitindo a privatização do banco, não é verdade. Porque me reservo naquele artigo a maioria do capital e hoje só detenho 47% do capital, sendo 61 do votante e 28 do não-votante. Por isso, que dá na média 47%, me reservo por aquele artigo sem prejuízo de continuar sendo o acionista majoritário. Quer dizer, o Estado vai continuar. Posso abrir mão de futura integralização, porque quero fazer o chamamento ao público e aí quero contar não só com a ajuda dos funcionários do banco, mas tem que ser uma ajuda dos Deputados, uma ajuda de toda a população do Estado, para que se faça este grande chamamento e se atraia capital para sanear e salvar

o Banco Estadual!

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Giovanni Gionédís, só uma pequena pergunta.

Nesse chamamento o Governo tem em vista atrair algum outro banco para que venha participar desse chamamento e assim fazer parte da gestão do Banco do Estado, mesmo o controle ainda sendo do Estado?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Não tem, Neste momento não.

Vejamos, está descartada qualquer hipótese de passar o fundo, até porque pelas cartas que tenho do Banco Central essas propostas já não foram bem aceitas e autorizadas pelo Banco Central.

Quero ler para vocês uma das propostas que enviei ao Banco Central que foi objeto dessa resposta que acabei de ler para vocês, que eles não concordaram e que exigiram que eu fizesse ou a privatização, vocês viram bem, ou uma nova proposta de saneamento. Porque na primeira proposta de saneamento eu falava justamente em se aportar esse capital novo, porque já estou assumindo quinhentos e quarenta e financiamento, já estou assumindo mais duzentos e trinta e cinco, que com isso já aportar setecentos milhões de capital, onde já vou ficar com uma margem muito grande de ações, vou ficar com quase toda a totalidade das ações, porque o Deputado conhece bem - hoje - qual é o volume de capital do banco. Aportando 700 milhões já vou ficar com o capital quase de 90%.

Então, colocava naquela minha correspondência que foi negada aqui. Ai eles pedem uma nova proposta de saneamento. O que eu colocava para eles é que poderia aportar esta parte de capital com um sócio qualificado, um sócio estratégico. Então, nesta correspondência que foi uma correspondência de 12 de novembro, eu colocava o seguinte: o valor da responsabilidade do Paraná será suprida através da capitalização da instituição financeira obtida mediante aporte de recursos de sócio qualificado minoritário, mas poderes definidos de participação na gestão, agregador de tecnologia em áreas estratégicas também com o objetivo de fortalecer o BANESTADO. E essa hipótese o Banco Central descartou por aquele outro ofício.

Então, a nossa proposta de saneamento - hoje - é a de saneamento. Vamos deixar o banco zero quilômetro! Vamos sanear o banco com o sacrifício de assumir a dívida. Agora, é preferível sanear o banco, ao invés de privatizá-lo, para não cometermos o que aconteceu no Rio, que para sanear, para privatizar o banco, o Rio assumiu 3 bilhões de endividamento e vendeu o banco, em leilão, por 300 milhões. Então acho que temos que assumir este endividamento de 1 bilhão e 400 mas não vamos jogar fora o banco num leilão que não vai avaliar o "good will" do banco, não vai avaliar o nome que o banco formou ao longo destes anos. Temos sim, é que doravante, fazer uma gestão profissional no banco, porque temos que corrigir muitas deficiências do banco.

O Deputado Vanhoni é da Casa e pode colaborar conosco para que doravante, o banco saneado, o banco "zero quilômetro", sem nenhum endividamento, possa dar lucro ao seu acionista, que é o Estado do Paraná.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Giovanni, dentro desta negociação eu teria uma dúvida: é sabido que estes montantes a que você se refere e que o protocolo está se referindo junto ao Banco Central, o qual dá substância a este projeto de lei, são de passivos de longa data e de grandes operações que foram feitas, o BADEP, enfim, tem uma situação pós-Plano Real que deixou o Banco do Estado... não sei quais os problemas que foram causados, mas como a inadimplência atingiu toda a economia do Brasil, vários bancos brasileiros, em função da estabilização do real, apresentaram inúmeras dificuldades, não dificuldades operacionais do banco, também sim, mas em função da própria economia, foi uma questão conjuntural, e, vários bancos lançaram estes problemas em prejuízo. O Banco do Estado, como sabemos, não o fez, adotou uma outra estratégia e, não sei se o Aroldo ou o Alair que estão aí, podem nos dizer alguma coisa.

mas, a previsão é que este ano, o Banco do Estado, termine com um prejuízo na ordem de 60, 70 milhões de reais e podem ser inscritos ainda de um montante de perto de 300 milhões de reais. Tem aí uma parcela de crédito de difícil recuperação de operações recentes, de 94 para cá, que podem necessitar serem lançadas em crédito liquidação num futuro próximo. Então me pergunto: mesmo o banco com estas medidas todas sendo saneadas, a Diretoria do Banco e o Governo do Estado estão pensando nesta linha como você falou no final, que a gestão daqui para frente mude, para que possamos suportar, enquanto empresa pública, estas dificuldades recentes, poder ser uma empresa com lucro e poder desenvolver um bom papel no Estado do Paraná? Não sei se meus números estão errados. Estou preocupado com a situação presente do banco.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Na realidade, a estabilização econômica da moeda, a partir do momento em que trouxe tranquilidade à população, até a população de menor renda porque o cidadão está conseguindo, durante dois anos, comprar 10 pãezinhos com uma moeda de 1 real, ela trouxe o desespero, não só para o sistema bancário do País, como para o sistema público, e aí, poderíamos passar a tarde fazendo diagnósticos filosóficos ou tecnocratas sobre a situação dos Estados. Temos que analisar o seguinte: o Estado era o grande agiota do dinheiro e os bancos também. Para o senhor ter uma ideia, Deputado, em 1994 o Banco do Estado do Paraná teve de receita financeira 874 milhões de dólares; em 1996 teve, tão somente, 23 milhões de dólares. É lógico que parou a ciranda financeira de os bancos e o próprio Governo ganharem com o dinheiro do cidadão. Você receberia o teu salário, o banco te pagava o fundo, FIF, FAF, e ele aplicava e ganhava 40%, 50% nas costas do teu dinheiro. Isto fez com que houvesse toda essa intervenção no sistema bancário, por parte do Governo Federal.

Não é um privilégio do BANESTADO. O BANESTADO acho que é um dos bancos que ainda está bem. O BRADESCO passou dificuldades. Você sabe que o BRADESCO, de todo o lucro de 96, só 2% foi do banco. O restante foi dos outros conglomerados. Itaú passou dificuldades, Nacional quebrou. O Banco Econômico quebrou. O BANERJ sofreu intervenção. O BANESPA sofreu intervenção. Os bancos do Rio Grande do Sul, os de Minas Gerais, porque o sistema bancário não estava evoluído. E quando vamos para países de primeiro mundo, como Estados Unidos e Europa, as agências bancárias têm quatro ou cinco pessoas no máximo. O resto é máquina. Por que? Porque a rentabilidade é pequena.

Então o que aconteceu com os bancos foi a necessidade do ajuste. Vou mais longe ainda, já vejo mais para a frente, com esse bichinho do computador, que ligamos a Internet e está no Japão, nos Estados Unidos, os bancos vão ser globais, num curto espaço de tempo, porque o banco vai perder na Bolsa de Nova Iorque, vai ganhar na Bolsa de Shanghai, vai ganhar na Bolsa do Japão, vai perder no Brasil. Vão ser mundiais os bancos, porque a velocidade da informação hoje é muito grande. Uma queda na Bolsa do Japão reflete na manhã seguinte no Brasil.

Então, a tendência é a globalização. Agora, tínhamos que sanear porque o banco se aguentou muito tempo, sofreu, como sofreram todos os bancos, e o Governo Federal ajudou todos os bancos. Então, o Banco do Estado está entrando nesta linha de saneamento. Agora, o que vamos fazer para a frente, não podemos, se tivesse uma bola de cristal não seria Secretário da Fazenda, estaria na Tiradentes tirando sorte grande e ficando milionário, talvez. Agora, temos que ter a consciência do presente. No presente, até 31 de dezembro, temos que assinar o contrato de saneamento. O Estado fica sócio majoritário. Daqui para a frente, se for o caso de parceria estratégica ou não, aí vamos trazer novamente à discussão da Assembleia Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Secretário, justamente queria pegar esta última expressão sua, que o Estado fica como acionista majoritário. O senhor mesmo disse que o Estado hoje detém 47%...

senta e um por cento das ações...

(Vozes paralelas)

E o seguinte: a lei das Sociedades Anônimas, permite - você tem que ter um terço de ações com direito a voto e dois terços de ações sem direito a voto. As ações com direito a voto que se chamam ações ordinárias elas não te pagam dividendos, porque a lei considera que a pessoa que tem o voto tem a gestão e por isso ela não paga dividendo. As ações sem direito a voto que se chamam preferenciais são ações que te pagam dividendos. E a lei é tão sábia que diz o seguinte: se por três anos consecutivos você não pagar dividendos estas ações se tornam ordinárias porque ela está admitindo que você está levando prejuízo ou aquele que investiu na ação preferencial.

Então, o Estado tem 61%, tenho este quadro certinho, não queria cometer erro nos números, tenho este quadro certinho aqui, vou ler: o BANESTADO hoje possui 37 milhões 844 mil ações ordinárias e 37 milhões 844 mil ações preferenciais. Então, ele possui 75 milhões 688 mil ações. Das ordinárias, o Governo do Paraná tem 61,63%; o FUNBEP tem 18,18%; o BCS, BANESTADO Corretora de Seguros, tem 5,26%; 5.324 funcionários têm 0,58%; o Clube Gralha Azul tem 2,4%, também dos funcionários; a AFAB tem uma ação e depois tem o Fundo Mútuo de Investimentos que tem 5,73%, depois tem 152 mil 321 acionistas que detêm 5,53%, isso das ordinárias. Da totalidade esses outros acionistas representam 21,29%, e o Governo da totalidade possui 47,20% porque detêm tão somente 32,78 das ações preferenciais nominativas. Essa é a posição acionária do BANESTADO na presente data.

O artigo 3º, sem prejuízo da manutenção de sua condição de acionista controlador do Banco do Estado. Então, não estou abrindo mão do controle do banco. Agora, o que quero... Porque quando faço um chamamento "de cioso", o Deputado Vanhoni conhece bem isso, tenho que colocar como acionista majoritário. Então, como já vou colocar quero, com a colaboração de todos vocês, os funcionários do banco e da população do Paraná. Nesse grande chamamento que vamos fazer, quero justamente ter o poder de colocar esses trezentos e quarenta milhões sem precisar que integralize mais, porque já vou estar integralizando setecentos milhões na frente. E esse o espírito 3º.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Concluiu Secretário com duas indagações, a primeira sobre o artigo 4º, que modifica o artigo 3º da Lei 11.253, hoje temos, o Estado possui 60%, ou mais, mas do mínimo, mantém 60% das ações ordinárias da COPEL, e o artigo 4º modifica o artigo 3º e vai possibilitar o Estado vender, ou calcionar, exercer o direito do Estado, livremente como controlador, exercer, o Estado do Paraná poder vender ou calcionar, mais 9% dentro do limite. Uma das discussões que tivemos nesta Casa que foi extremamente, e o senhor acompanhou isso inclusive, foi extremamente complexa, é justamente naquele problema do estatuto da COPEL e da própria lei das S. As que garante durante três anos o não pagamento de dividendos, o senhor acabou inclusive de usar essa expressão, transforma a ação preferencial em ordinária. Muito bem, aqui não entramos num risco enorme de termos eventualmente a perda do controle da COPEL por causa dessa redução a 51% das ações ordinárias?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Não! Não porque 60% também não garante, se você tem tão somente 60% e você não pagou dividendo e vem a massa de preferenciais como acionistas, e o preferencial representa 2/3, e ele vem como acionista com direito a voto, nada segura, mesmo que eu tenha a ordinária representa 1/3, a preferencial representa 2/3, se eu não pagar dividendos durante 3 anos e a massa de preferencial se torna ordinária tenho 1/3 contra 2/3. Então posso ter 100% da ordinária e não vou garantir. O que não se pode é que a companhia não pague dividendos durante três anos. Quero responder a pergunta. Agora, porque que foi pedido esses 9% da COPEL. Vou explicar. Na negociação com o Banco Central a medida provisória diz o seguinte: quando o Estado propuser saneamento ele tem que me dar coisas que eu sinto que ele está garantindo, certo? Por que se não estiver garantindo ele me dá o quê? Dá um cerro velho, não integraliza, não saneia o banco, o Go-

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Da totalidade das ações. Ses-

verno Federal emprestou o dinheiro, como é que fica? Então, o Governo Federal exige que eu coloque, o Banco Central exige que eu coloque ativos que representem efetivamente uma garantia. E a carta do Banco Central que concordou com a nossa proposta diz o seguinte: "refiro-me a carta de 05/12, em que V.Sa. discrimina a contrapartida a ser oferecida pelo Estado do Paraná para a reestruturação do Banco do Estado do Paraná S/A. A propósito, cumpre-me informar que a análise levada a efeito nesta diretoria concluiu pela aceitação da proposta ali contida, condicionada porém à apresentação de projeto de saneamento da instituição que contemple, inclusive, a caução das ações da COPEL, mediante o competente instrumento contratual. O que o Banco Central quer é o seguinte: estou dizendo para ele assim, vou colocar 341 milhões de capital e estou te oferecendo em garantia ações da COPEL. Se eu não colocar o capital, ele colocará e venderá a COPEL. Ele quer isso. Ele quer a garantia.

Então, se os funcionários do banco e a população vão entrar com a sua contrapartida, nada mais justo também que esses 9%, que não influi nada no controle acionário também seja objeto de ajuda para a contrapartida, no caso de nós não conseguirmos totalidade da capitalização através de terceiros.

Esse foi o espírito de que se faça com que se saneie o banco. Ou saneamos o banco ou ele fatalmente sofrerá, porque nesse quadro de um bilhão e setecentos, o Deputado Vanhoni que é bancário pode me atestar o que vai acontecer em 31 de dezembro se não fizer a assinatura do contrato de saneamento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Essa é uma pergunta que embora pareça ser provocativa é política. Como é que chegamos ao número do banco precisar ser saneado 1,7 bilhão?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Em dezembro de 1994 participei da Comissão de Transição do Governo. Foram chamados ao Banco Central e o BANESTADO se socorria - esses são números que têm no Banco Central e são números que nós nunca divulgamos, porque naquela altura diziam os tecnocratas o seguinte: se um Governador eleito for à televisão e falar isso, quebra o banco. Estivemos no Banco Central e este exigiu. Naquela ocasião ele estava fazendo a intervenção no BANESPA e no BANERJ e o Banco do Estado se socorria e na época eu não queria dar o número. Até pedi uma carta. Não chegou a carta? Tinha uma carta no meu cofre, lá da Secretaria. É uma carta confidencial, Senhor Presidente, e gostaria que essa carta se mantivesse assim. Ela é de cinco de janeiro de 1995, que o Governador então eleito fazia ao Banco Central, apontando medidas a serem realizadas juntamente a este banco, para que não houvesse também a intervenção como houve no BANERJ e no BANESPA. Porque o banco estava se socorrendo de interbancário da ordem de 600 a 700 milhões.

Senhor Presidente, como é uma carta de um Governador recém-eleito, dirigida ao Banco Central, em caráter confidencial e que contém números de como o Estado recebeu o BANESTADO, gostaria de submetê-la a Vossa Excelência em sigilo, para que depois Vossa Excelência, numa reunião secreta da Assembleia pudesse dar conhecimento aos Srs. Deputados, que tenho a certeza de que nenhum Deputado fará vazsar esse documento importante e que retrata a real situação do BANESTADO quando assumimos. De lá para cá, Deputado Vanhoni vem se agravando, chegamos a sair do redesconto mas já tinha uma inadimplência muito alta, a inadimplência não é só de dois, três anos. Quero dizer ao Deputado que tem problemas na nossa gestão, teve o problema da inadimplência na Leasing, é do conhecimento dos Senhores Deputados, mas não é totalidade de agora. A Leasing já vinha com problemas também e chegou-se a este número do banco Central de 1 bilhão e 748 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa recebe e vai

promover a reunião com os Senhores Deputados para esta informação sigilosa.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Queria esclarecer, estes números que o Banco Central apurou, alguns números ainda o Banco do Estado contesta com necessidade de ajuste. Por exemplo, o banco Central coloca previsão de 298 milhões de imposto de renda que se o banco der lucro ele vai se utilizar deste crédito tributário. Se é crédito tributário é fictício, se tem prejuízo não vai utilizar nunca. Mas se o banco der lucro ele vai utilizar, e quando utilizado este crédito tributário vai refletir numa maior lucratividade do banco. Então tem alguns números aqui que não são só inadimplência, é bom que se diga. Está aqui, 450 milhões é FCDS, é aquele seguro que foi dado na prestação da casa própria, para que o contribuinte pudesse pagar. Foi a parcela que o banco reduziu...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Entendo esse é de fato um ativo que a União não paga e fica aí o buraco.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor Secretário, louvamos a sua presença aqui, ela vem trazer esclarecimentos, até porque é impossível a esta Casa votar num repente, visto que o próprio banco, que está habituado e a própria Secretaria levaram mais de 5 meses para tratar do assunto. Com certeza traz com propriedade e esclarecimento.

Só gostaria de saber com o senhor se haveria a possibilidade de deixar o protocolo que firmou o Governo do Estado com o Banco Central na Presidência da Casa, para que os demais Deputados pudessem ter conhecimento dele.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Deputado para esclarecer, a última medida provisória foi editada em 20 de novembro de 1997, publicada no Diário Oficial de 21 de novembro, sexta-feira, deu o prazo até 5 de dezembro para que se fizesse a proposta de saneamento. Senhor Presidente, uma loucura. O assunto vem sendo discutido, na condição de outra medida provisória. A medida provisória anterior não tinha as condições que esta tem, este veio taxativamente, só privatização. A outra medida provisória tinha saneamento e privatização, esta medida provisória, e foi notícia de jornal: "não tem mais saneamento", vocês lembram? Aí, nós do banco, fizemos uma carta informando que ainda estávamos discutindo. Aí saiu a medida provisória dizendo: só privatização, saneamento, quem quiser, até 5 de dezembro. Então ficamos em Brasília mais de 15 dias, sentados no Banco Central, três, quatro reuniões por dia, sentados para formatar essa proposta que agora culminou nesse projeto de lei. Por isso a urgência da sua votação. E temos o prazo até 31 de dezembro para a assinatura.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Teremos condições de ter o protocolo junto a Presidência? O protocolo firmado entre o Governo do Estado e o Banco Central.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Deixo aqui uma cópia do protocolo firmado entre a União Federal e o Governo do Estado, com relação ao ajuste fiscal. Agora, terá no dia 31 - nós assinamos o contrato do Banco do Estado junto ao Banco Central, que é a medida provisória.

E esse contrato será encaminhado a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Secretário, essa operação passa toda pelo Senado da República?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Deputado Romanelli, este aqui é o ajuste que todos os Estados fizeram e que passou no Senado 61 bilhões para São Paulo, 12 bilhões para o Rio Grande do Sul - está numa notícia do jornal. Hoje, não sei no qual jornal saiu uma notícia que o Paraná tem modestos 3 bilhões de endividamento e os outros Estados: vocês viram o volume de endividamento.

Não é o do Paraná que não vai passar no Senado, até porque há um ajuste fiscal. Se dizem que o Estado está quebrado é o ajuste fiscal e o saneamento do BANESTADO - para que façamos com que o Estado seja soberano.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Boa tarde, Secretário!

Pouco entendo de banco, só do lado de fora. Mas queria tomar uma posição, em nome do meu Partido, já que Vossa Excelência diz que entregou ao Presidente uma correspondência do Senhor Governador recém assumido, e que prova que o endividamento, a situação do Banco do Estado é antiga a essa administração.

Quero me posicionar contrário a esse sigilo. E pediria ao senhor que lesse o teor dessa correspondência.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Deputado Horácio Rodrigues, seria o primeiro a divulgar. Mas como dever do ofício e Presidente da instituição tenho que seguir as normas bancárias. Existe uma lei que trata do sigilo bancário.

Então, por esse dever do ofício não posso sair divulgando números. Mas o Senhor Presidente deve marcar uma sessão secreta, se assim entender, e vai levar ao conhecimento dos senhores. E depois, se isso vazar, alguém poderá responder por esse vazamento de informações sigilosas.

Eu, como Presidente da instituição, Presidente do Conselho de Administração da Instituição, não posso fazer com que isso seja através da minha pessoa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Acho que o que vou perguntar, pode já ter sido respondido, mas é uma tentativa de consolidarmos respostas para facilitar o entendimento.

O artigo 1º do projeto que estamos votando, diz que o Estado fica autorizado a promover o refinanciamento da dívida de responsabilidade do Governo do Estado, através de 1 bilhão 460 milhões.

Aí ele reproduz essa dívida. São 475 de dívidas mobiliárias que foram contratadas em anos anteriores. Já foram roladas pelo menos uma vez, me parece, pela justificativa. É o refinanciamento da dívida do FDE junto ao Banco do Estado do Paraná e a aquisição desses ativos do FCBS e do PROAR.

Então aqui é uma rolagem de 1 bilhão 460 milhões dessas dívidas. É um refinanciamento?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - É um refinanciamento. A letra do Tesouro Estadual a União vai securitizar. Esses 421 milhões, era 421, está em 475. Esse valor, é bom esclarecer, está superestimado, porque é de até... Quando vou assinar um contrato tem que ter o valor correto, pode ser que tenha dois centavos de diferença, aí não poderia assinar. Hoje está em torno de 460 milhões a nossa dívida mobiliária, cuja emissão é objeto da mensagem que foi encaminhada. São letras emitidas em 15 de março de 1990, 05 de maio de 1990 e 15 de março de 1993. Foram as emissões que houveram. Depois foram roladas uma parte em 1994 e uma em 1995. Vencem uma parte em 1998, em 1999 e 2000. Vejam! O Estado do Paraná não tem um endividamento vencido. Essa dívida de 475, poderia, ao chegar em 1998 ir ao Senado pedir o pagamento de mais dois anos e rolar mais cinco.

Agora, estou financiando isso em trinta anos. A União vai securitizar esses títulos e vou pagá-los em trinta anos com juros de 6% ao ano. Por isso, que trata-se de ajuste fiscal. A União está financiando com juros menor, para que o Estado tenha a possibilidade de cumprir os seus objetivos. Não sou muito bom de máquinas de calcular, mas se pegarmos toda essa dívida de trinta anos e trouxermos a valor presente, com juros de 6% ao ano, parece-me que essas dívidas serão financiadas em trinta anos.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Só para fechar o nosso raciocínio. O refinanciamento da dívida do FDE, ao ser feita a securitização pelo Governo Federal, essa dívida que tem o FDE com o BANESTADO ao ser securitizada, esse dinheiro entra para o BANESTADO?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Sim, entra para o BANESTADO. Só para explicar. São CDIs do BADEP. O que era CDIs do BADEP? O BADEP emitia um certificado de depósito interbancário, pegava o dinheiro do BANESTADO para fazer fomento, aplicava nas indústrias, no fomento. E não pagou o BANESTADO. Então o BANESTADO está rolando esses CDIs.

O SR. ORLANDO PESSUTI - E o BANESTADO vendeu os CDIs para o FDE.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Não é que o BANESTADO vendeu. Veja bem! Quem era o devedor do BANESTADO era o BADEP. Com a intervenção do BADEP continuou sendo do BADEP na figura do seu interventor. Quando o Roberto Requião liquidou o BADEP, porque 99,9% dos acionistas era o Estado, 0,001 eram os Presidentes, cada Diretor tinha uma ação, era obrigatório ter uma ação. Então, o que foi feito no Governo anterior - pegou essa massa de dívida que o BADEP tinha perante o BANESTADO e, para liquidar o BADEP, disse: "sou o dono do BADEP, eu assumo". Por um ofício jogou-se no FDE. Então, o FDE ficou devedor do BANESTADO nesses CDIs.

O SR. ORLANDO PESSUTI - E, ao renegociar essa dívida esse dinheiro ingressará ao BANESTADO, para evidentemente, corrigir o seu furo. E a mesma coisa acontecerá com a questão do FCDS e com o PROAGRO

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Isso é uma dívida do Governo Federal, quero que fique bem claro isso. Só que o Governo Federal disse que no mercado ela vale 30%. Quer dizer, ele não reconhece a própria dívida dele. Mas agora eles concordaram em adiantar o dinheiro e vai ficar essa carteira e um dia, talvez, o Governo Federal possa nos pagar essa dívida.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Uma outra questão que eu perguntaria é: "na lei que fala da venda das ações da COPEL que foi objeto de alteração do seu artigo 3º, em nenhum momento fala do percentual de ações preferenciais que a COPEL deveria manter em seu poder".

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Fala no artigo 1º: cem por cento foi autorizado a vender, das preferenciais.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Foi vendido?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Não. Foi autorizado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - É isso o que eu gostaria de saber, se a COPEL ainda detém em seu acervo de ações, algum percentual de ações preferenciais nominativas.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - A COPEL, não. O Estado do Paraná, A COPEL, não.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Correto.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - O Estado detém, em valores de dinheiro, dois bilhões de ações preferenciais.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Outra questão que na justificativa aparece, quando fala do CDI, BADEP, Carteira de Fomento, no item 2. Na folha nº 4 da mensagem do Governo: "Venda da BANESTADO - Reflorestadora ao FDE": Sabemos que a BANESTADO Reflorestadora foi vendida ao FDE por todas as razões que já foram explicitadas em épocas anteriores.

Não tive tempo de ler toda a mensagem.

A pergunta que faço é se o FDE vai vender a BANESTADO Reflorestadora e esse recurso também ingressará ao Banco do Estado do Paraná?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Este recurso vai ingressar. Comprei... o Deputado sabe, porque foi feita a passagem da Reflorestadora. Então fiquei devedor dessa compra. Dessa compra sou devedor ao banco. Agora, vou pagar o banco. A Reflorestadora vai ser alienada sim. Estamos analisando, foi feita uma equipe de técnicos e estão vendo se há vantagem vender a empresa ou vender as florestas. Até poderá vir um pessoal para prestar informações. Não compete à minha área, mas ela vai ser alienada, se não, vai ficar na mão do FDE.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Uma última pergunta para

concluir. Quando fala do refinanciamento do FDE junto ao Banco do Estado de até 575 milhões, - aqui está prevista a questão da Carteira de Fomento, 285, a BANESTADO Reflorestadora, 94 milhões e o CDI - BADEP, 189 milhões.

A pergunta que faço é a seguinte: O CDI BADEP é só isso, porque quantas e quantas vezes ouvimos dizer que só o Attala devia mais de 250 milhões?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Quanto?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Aqui diz: CDI - BADEP, 189.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - CDI - BADEP.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Mas dentro desse CDI não veio incluído aquelas dívidas do Attala, da COPEL.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Não, não. Tem aqui: a Carteira de Fomento, mais 275. Tem 180. É um CDI.

Seria o certificado de depósito interbancário. É um título.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Então essa Carteira de Fomento é oriunda ainda do tempo da extinção do BADEP? Tem alguma coisa posterior àquela Diretoria de Fomento? Por exemplo, instituiu-se uma Diretoria no BANESTADO, uma Diretoria de Fomento ou de Departamento de Fomento?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Provavelmente tem algumas coisas.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Então, dentro desses 285 que é Carteira de Fomento e dentro do CDI BADEP é que estão as dívidas que tinha o BADEP.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - De fomento.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Quería fazer mais uma pergunta, Giovanni, o Banco do Estado tem para receber, liquidar alguns títulos referentes àqueles títulos dos Estados que emitiram títulos.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - De Alagoas.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Isso, previstos agora para o mês de maio. O que será feito desse valor, desses duzentos e setenta e poucos. Vai entrar em CL no banco o não pagamento ou o Governo Federal vai honrar esses pagamentos?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Veja, Deputado Vanhoni, tenho o documento do Banco Central quando fez esse levantamento desse um bilhão e setecentos. Ele colocou aqui. Títulos de Alagoas: 147,969. Depois têm outros títulos que ele considera de Prefeituras pequenas que não são recuperáveis, como Osasco, Guarulhos: oito milhões, novecentos e vinte e quatro. Ele está provisionando só 50% aqui. De Alagoas, 100%.

Este ajuste está também contemplando isso.

Agora, quero dizer para o Deputado, o seguinte: nessa minha andança, agora, no Senado, foi aprovada a rolagem dos títulos de precatórios do Município de São Paulo. Objeto da CPI. E, na oportunidade, o Senador Gilberto Miranda - ainda na CAE - e isto está nas notas taquigráficas - reafirmou, no Plenário, e foi objeto numa matéria no Estadão, disse o seguinte: "quero alertar aos Senhores Senadores para o que estão votando. Ao vocês rolarem a dívida de precatórios de São Paulo, obrigatoriamente vão ter que rolar dos outros Estados." E quero dizer mais, a opinião própria minha, quem autorizou os títulos foi o Senado Federal e quem registrou os títulos foi o Banco Central.

Então o Banco Central e o Governo Federal que não venham tirar "o" da reta. Eles têm que honrar isso para não quebrar o Sistema Financeiro. Porque foi o BANESTADO que comprou, podia ser pessoas físicas. Dizer que é nulo o título, isso é uma brincadeira! Uma brincadeira com o mercado financeiro. Tem que ser honrado. Os terceiros que compraram vão ter o direito de

receber esses títulos. Quer o Estado de Alagoas, quer de quem os autorizou, quer se tornem devedores solidários. No caso: Senado e Banco Central. E cite-se a União. Agora, estamos colocando no ajuste. Se vier essa rolagem, que acho que não vai ter saída, porque já abriram o precedente para São Paulo, e por que só São Paulo? Por que só São Paulo tem direito de rolar os títulos precatórios?

Então acho que o Senado fatalmente vai securitizar esses títulos e este, hoje, prejuízo, vai reverter para nós. Prejuízo não provisão. Porque ele não está em prejuízo, está em "provisionamento". Esse "provisionamento" no saneamento vai reverter, ainda, como lucro do banco.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Secretário, durante a exposição foi dito que a intenção da administração é deixar o banco zero quilômetro. Isso é bom. Sabemos que no banco tem ocorridos ingerências. Sejam ingerências de ordem política, de ordem administrativa e aí faço alguns questionamentos.

Se vamos deixar o banco zero quilômetro, a Lei 6.404, as Leis da S.A., elas têm sido desrespeitadas em alguns de seus pontos. E também o Estatuto do BANESTADO é um estatuto que tem que ser revisto. Para começar do zero quilômetro na parte financeira e essas questões legais, como vão ser encaminhadas a partir daí?

A outra questão. Recentemente, o Presidente Neto Garcia - na imprensa, deu a entender que após esse saneamento haverá uma reestruturação do banco. O que implica essa reestruturação? Sabemos que vai ser entregue um contrato, como foi dito, após a aprovação do saneamento, neste acordo com o Banco Central vai ser feito um contrato. Contrato esse, que o Secretário - Vossa Excelência, acabou de dizer que traria, depois, na Assembleia, para tomar conhecimento. Quais são algumas das premissas, se o senhor puder adiantar, desse contrato? Falo da questão da reestruturação, porque o BANESTADO - só no Governo Jaime Lerner na questão da reestruturação, acabou já, saindo cerca de 3 mil funcionários, entre aposentadorias e demissões. Implica em mais demissões? São esses os questionamentos.

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Não sei se implica em demissões, Deputado Rosinha, quero lhe dizer o seguinte: a lei que previu o ajuste bancário, quer dizer, o saneamento bancário, fala na medida provisória: "aprovação pelo Banco Central de projeto de saneamento da instituição financeira, que necessariamente inclua sua capitalização, que é o dinheiro, que estamos colocando, e mudanças em seu sistema de gestão, capazes de assegurar a sua profissionalização".

Aí, concordo com Vossa Excelência, aí tem que se executar e tem que se acabar com a política no banco. "Banco é banco". Banco tem que emprestar dinheiro e ter lucro. O lucro que vier do banco, e sou acionista e vou pegar, aí vamos fazer atividades sociais aplicando para o bem da população. Temos que profissionalizar o banco. Porque é impossível que tenha vice-Governador que não foi executado porque o empréstimo foi político, vice-Governador que mora em Guarapuava. E outros casos políticos do banco.

É verdade, tem que profissionalizar, e tem que se tornar um banco como é o BRADESCO, porque o que ocorre é que, a pessoa vai no BRADESCO e não consegue financiamento, vai no Itaú e não consegue também, e daí vai no BANESTADO, apadrinhado e consegue financiamento.

É isto que tem que mudar, tem que ser uma gestão profissional. O lucro do banco vamos investir politicamente na área social. O banco tem que ser instrumento profissional e que gere lucro para o Estado.

O SR. DR. ROSINHA - À disposição de rever o estatuto do banco, que tem pontos hoje, que devem ser revistos?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - O Deputado Presidente me corrigiu, é suplente de Senador, não é vice-Governador.

O SR. DR. ROSINHA - Só a questão do estatuto tem que ser revisto. Nessa questão do banco, começar do zero.

Curitiba, quinta, em 18.12.97

Estes estatutos vão ser revistos? E nessa questão de gestão, que vai ter que ser assinado com o Banco Central, quais são alguns dos componentes que já foram definidos previamente, provavelmente nesse contrato de gestão?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - Não estão, Deputado. Estão aqui os dois técnicos do banco, o banco está trabalhando nisso, diuturnamente, não está ainda formatado esse modelo de gestão profissional.

Acho que algumas coisas tem que mudar no banco, lógico! Se vai demitir, não sei se é o caminho demitir, sempre tenho muita preocupação nesse demitir, já se falou, que já foram 3 mil e 500 pessoas. Agora, acho que de um universo de 11 mil funcionários, temos que preservar o emprego da grande maioria, já teve um enxugamento. O banco já enxugou! Vejam, que o banco já fez algumas contenções.

E quero dizer mais, o banco no trimestre que fechou teve lucro operacional. Porque há um esforço do banista-dense de recuperar o banco. "Há um esforço"!

Porém, temos um passado que não se acaba com a borracha. E é isso que estamos fazendo com o saneamento. Este passado podre, vamos apagar com a borracha. Daqui para a frente, o banco tem que dar lucro como deu no trimestre que passou, lucro operacional. É certo, que vai fechar com prejuízo, como falou o Deputado Vanhoni, não por causa do lucro operacional, mas vai fechar com prejuízo porque ainda tomou dinheiro caro, pagou altos juros, mas isso vai ser corrigido quando capitalizarmos. Banco capitalizado não vai precisar se socorrer de interbancário, ou se socorrer de dinheiro caro.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Gostaria de aproveitar essa última fala do Secretário das Finanças, e espero que ele, ao proferir as palavras, que de certa maneira demonstram um caminho do Banco do Estado, que seja uma posição do Governo do Estado, e não apenas do Secretário de Finanças, Giovanni Gionédis.

Porque, se fala em gestão profissional, Giovanni, e você fez referência a suplente de Senador que não foi executado, há inúmeros casos desses no passado do Banco do Estado, num passado distante, e há casos cabeludos, que não é o momento de se discutir, de problemas recentes, recentíssimos também na gestão do Banco do Estado.

Mas, quero me ater no que há de positivo na sua fala, acho que o que há de positivo é que o banco tem que ter uma gestão profissional.

Então, a minha sugestão é que no começo do ano que vem o Governo do Estado permita que o funcionalismo do Banco do Estado, a sociedade, a Assembléia Legislativa, ensajem um grande debate sobre a administração pública do Banco do Estado do Paraná.

Acho, Senhor Presidente, que se tivermos como parâmetro empresas públicas da Europa que são gerenciadas, acho que isso seria uma medida correta e acertada para que introduzíssemos no debate a respeito do Banco do Estado. Darei um exemplo grosseiro de como é isso: o Governador do Estado é eleito, hoje no caso o Governador Jaime Lerner solicita do Banco do Estado do Paraná, tem aí técnicos de primeira linha, do ponto de vista do sistema financeiro nacional, um projeto estratégico. Um projeto estratégico anual, bi-anual ou de um quadriênio, para a empresa e o Governador nomeia um presidente em função deste projeto estratégico: vou nomear qualquer um dos Deputados, o Sérgio Prosdócimo. O projeto estratégico é este para a empresa, você aceita ser presidente deste banco? Aceito. Ao Governador nomeá-lo, o Sérgio Prosdócimo ficará com a estabilidade no emprego na gestão da empresa pelos dois anos de cumprimento do projeto estratégico. O Governador só poderá retirá-lo do cargo caso seja comprovado que ele infringe o projeto estratégico ou por dolo na administração pública. E o presidente só poderá nomear os diretores do banco, o diretor de operações, o diretor de recursos humanos, de crédito agrícola, enfim das carteiras do banco, funcionários do banco, mediante um projeto estratégico para cada carteira com a mesma condição. Esses nomeados no momento de suas nomeações gozam de uma certa estabilidade, sem que a influência da sociedade ou as influências que desqualificam a gestão profissional possam modificar o comportamento da empresa diante da ótica pública.

Então, acho que este modelo de gestão que é produzido na França, na Alemanha que também faz privatização, que também abre o Estado para a economia, mas que no sistema financeiro tem mantido a preservação da visão do conjunto da sociedade, este tipo de gestão acho que seria a possibilidade de profissionalizar a nossa diretoria. Porque o senhor sabe, Giovanni, no banco, o banco não tem nenhum projeto estratégico. O projeto estratégico do banco, acho que daqui para a frente precisa ter em função deste projeto de saneamento, porque ao longo desses cinco anos, cinco presidentes passaram pelo banco. Entre uma troca de um presidente e outro, a diretoria do banco paraliza-se completamente. Ninguém sabe o que vai fazer! Desde do diretor, aquele que está para ser nomeado diretor, até o funcionário, o gerente, da agência mais longínqua do Estado do Paraná. E o Banco do Estado depende única e exclusivamente, diferentemente da COPEL, da SANEPAR, onde a sua atividade empresarial muda a diretoria e não dá impacto no banco, no Banco do Estado é terrível, ele sobrevive de credibilidade e segurança estratégica da sua linha de ação.

Então, acho que este tipo de procedimento que ocorreu no Banco do Estado nesses últimos 03 anos, daqui para frente não podem acontecer. Tem que manter o corpo técnico de alta capacidade em função de um projeto estratégico para o Banco do Estado.

Vejo com bons olhos a sua vontade de que isso aconteça, e o parabênico por isso. Espero que sua visão seja a visão do Governo do Estado, não seja apenas do Secretário de Finanças, que tem uma parcela de responsabilidade enorme na condução do Estado, mas espero que seja do conjunto do Estado do Governador e aproveito para parabenizar o corpo técnico do Banco do Estado do Paraná, no nome do nosso colega Aroldo Carneiro, do Alao, que estão lhe acompanhando, hoje, e que sei que estiveram juntos com outros funcionários do Banco do Estado, ao longo desses últimos trezentos e poucos dias, trabalhando exaustivamente para fazer com que o Banco do Estado possa superar os graves problemas que não são só do Banco do Estado, são de todo o sistema financeiro nacional, sobretudo dos Bancos públicos, que ao longo desses anos todos, foram muito mal gerenciados.

Acho que se tivermos a oportunidade de fazer com que esta empresa possa desempenhar um grande papel na economia do nosso Estado, sendo alavancador de recursos, ajudando no desenvolvimento social do nosso povo, acho que o Governo do Estado deve perseguir esta meta e pode contar com os funcionários do Banco do Estado, com a Assembléia Legislativa e com as forças vivas da sociedade paranaense.

Parabéns aos funcionários do Banco do Estado, e recebemos, pelo menos em nome do PT, a proposta de saneamento com um sentimento positivo, que possa marcar um passo decisivo para que o Banco do Estado seja um novo Banco daqui para a frente. Que seja um Banco das cidades, dos pequenos acionistas, que seja um Banco voltado para o fortalecimento da agricultura do nosso Estado, para o fortalecimento da micro e pequena empresa, que precisam do apoio creditício de uma empresa pública do porte do Banco do Estado.

Parabéns!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Presidente, gostaria de fazer uma última pergunta, que foi a minha primeira pergunta, porque vi que muitos aqui não conseguiram entender uma coisa: o total deste projeto, que inclui o ajuste fiscal que são esses 475 milhões e os 840 milhões, o total que estamos tratando neste projeto de refinanciamento, ou seja, a parte de saneamento do Banco e do Governo do Estado, é de 2 bilhões e 300 milhões?

O SR. GIOVANI GIONÉDIS - É isso!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a explicação do Secretário da Fazenda, acho que a matéria está encerrada.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, estamos aqui numa reunião de Lideranças e gostaríamos de propor a Vossa Excelência que a Sessão fosse amanhã, às 10:00 horas. É um acordo de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Acho que o assunto foi amplamente discutido e por certo a discussão está encerrada.

Consulto o Plenário e principalmente a Oposição, se devemos votar hoje ou se votamos amanhã, conforme prometi.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, prefiro que seja votado amanhã, às 10:00 horas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Respeitada a minha promessa, e a Oposição não concordando com a minha solicitação, a votação do projeto, com a discussão encerrada, será feita amanhã, às 10:00 horas.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 740/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 122/97, que autoriza o Poder Executivo a vender, dar caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento e operações de qualquer natureza, ações que detêm da Companhia de Saneamento do Paraná, nos limites e condições que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 02 (duas), ambas de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 740/97

O inciso I do Artigo 1º do Projeto de Lei nº 740/97, passa a ter a seguinte redação:

I - Até a totalidade das ações emitidas em nome do Estado do Paraná, deverão deter sempre no mínimo 60% (sessenta por cento) do total das ações ordinárias.

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Renato Adur, José Maria Ferreira, Toti Colação e Orlando Pessuti.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02, AO PROJETO DE LEI Nº 740/97

Suprime o § 1º do Artigo 2º do Projeto de Lei nº 740/97

Sala das Sessões, em 18.12.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Renato Adur, José Maria Ferreira, Toti Colação e Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Como não altera despesa, a Mesa opina pela rejeição desta emenda.

Deputados que aprovam a sugestão da Mesa, conservem-se como estão. REJEITADA.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Se Vossa Excelência opina, vou fazer o que.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Emenda nº 01. (Lê).

Parecer favorável da Mesa.

Deputados que aprovam, conservem-se como estão. APROVADO.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 739/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 121/97, que autoriza o Poder Executivo a implantar, conforme específica, Sistema de Transferência ao Tesouro do Estado, de saldos financeiros disponíveis em Fundos e Órgãos da Administração Indireta do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 738/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 120/97, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

O Projeto de Lei nº 741, com sua discussão encerrada, será votado amanhã, e o 740, em virtude de apresentação de emenda aprovada, vai para 3ª discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa. Requerimento nº 3333, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3334, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de pedir a presença dos Parlamentares amanhã, às 10:00 horas, para que desse quórum para encerrarmos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Amanhã, quem não comparecer, vai ser descontado o jeton.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 19, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 741/97.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 740/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 026, 029 e 030/97.

Levanta-se a sessão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA

BALANCETE FINANCEIRO MES: Julho

ORGAO....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA

UNIDADE...: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA

MES: Julho

Exercicio:1997

REF.:GAR260A

PAG.: 000001

DATA:31/07/97

R E C E I T A

I N O M E S

I A T E O M E S

I - ORCAMENTARIA


RECEITAS CORRENTES	5.470.000,00	39.580.000,00
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	0,00
RECEITA PATRINONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVICOS	0,00	0,00
TRANSFERENCIA CORRENTES	5.470.000,00	39.580.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	300.000,00	1.750.000,00
OPERACOES DE CREDITOS	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	300.000,00	1.750.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
 TOTAL DA RECEITA	 5.770.000,00	 41.330.000,00

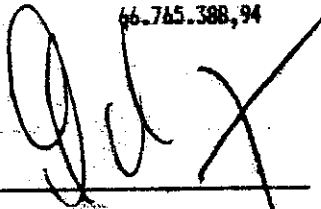
II - EXTRA-ORCAMENTARIO

ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZAVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	594.312,29	3.434.667,23
DEBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	594.312,29	3.429.357,23
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	0,00	5.310,00
 TOTAL DO EXTRAORCAMENTARIO	 594.312,29	 3.434.667,23

SALDO DO MES ANTERIOR

CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	28.479.516,94	22.000.721,71
VINCULADO	0,00	0,00
 TOTAL DE SALDOS DO MES ANTERIOR	 28.479.516,94	 22.000.721,71
 TOTAL	 34.843.829,23	 46.765.388,94


 Gabriel Luiz Franceschi
 Diretor da Diretoria de Apoio
 Matrícula nº.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA

BALANCETE FINANCEIRO MES: Julho

I REF.:6AR260A I

ORGAO....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA

I PAG.: 000002 I

UNIDADE...: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA MES: Julho

Exercicio:1997 I DATA:31/07/97 I

D E S P E S A

I N O M E S

I A T E D M E S

I - ORCAMENTARIA


DESPESAS CORRENTES	4.901.881,75	34.183.702,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.915.833,09	28.194.430,89
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	986.048,66	5.989.271,62
DESPESAS DE CAPITAL	32.848,36	86.926,75
INVESTIMENTOS	32.848,36	86.926,75
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	4.934.730,11	34.270.629,26

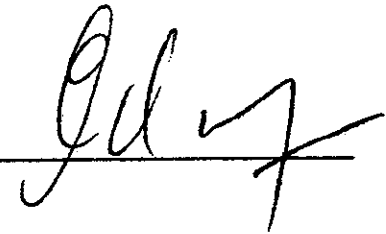
II - EXTRA-ORCAMENTARIO

RESTOS A PAGAR	0,00	220.945,36
PAGAMENTOS	0,00	215.635,36
CANCELAMENTOS	0,00	5.310,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZAVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	294.530,68	2.659.245,88
DEBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	294.530,68	2.659.245,88
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORCAMENTARIO	294.530,68	2.880.191,24

SALDO PARA O MES SEGUINTE

CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	29.614.568,44	29.614.568,44
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MES SEGUINTE	29.614.568,44	29.614.568,44
TOTAL	34.843.829,23	66.765.388,94


Gabriel Luiz Franceschi
 Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
 Matrícula nº.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA

1 BALANCETE FINANCEIRO MES: Agosto I REF.: 6AR260A I
 2 ORGAO....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA I PAG.: 000001 I
 3 UNIDADE...: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA MES: Agosto Exercício:1997 I DATA:31/08/97 I

R E C E I T A

I N O M E S

I A T E O M E S

I - ORCAMENTARIA

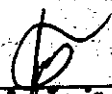
RECEITAS CORRENTES	5.780.000,00	45.360.000,00
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVICOS	0,00	0,00
TRANSFERENCIA CORRENTES	5.780.000,00	45.360.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	150.000,00	1.900.000,00
OPERACOES DE CREDITOS	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	150.000,00	1.900.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
 TOTAL DA RECEITA	 5.930.000,00	 47.260.000,00

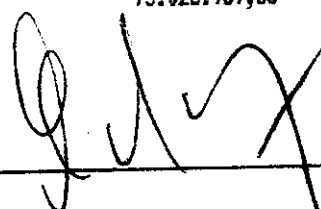
II - EXTRA-ORCAMENTARIO

ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZAVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	331.580,94	3.766.248,17
DEBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	331.580,94	3.760.938,17
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	0,00	5.310,00
 TOTAL DO EXTRAORCAMENTARIO	 331.580,94	 3.766.248,17

SALDO DO MES ANTERIOR

CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	29.614.568,44	22.000.721,71
VINCULADO	0,00	0,00
 TOTAL DE SALDOS DO MES ANTERIOR	 29.614.568,44	 22.000.721,71
 TOTAL	 35.876.149,38	 73.026.969,88


 Gabriel Luiz Franceschi
 Diretor da Diretoria de Apoio Técnico.
 Matrícula nº.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA

BALANCETE FINANCEIRO MES: Agosto
 ORGAO....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA
 UNIDADE...: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA MES: Agosto
 Exercício:1997 I REF.:GAR260A I
 I PAG.: 000002 I
 I DATA:31/08/97 I

D E S P E S A I N D I C A T O R I A T E M E S

I - ORCAMENTARIA

DESPESAS CORRENTES	5.263.599,07	39.447.301,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.252.549,90	32.446.980,79
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.011.049,17	7.000.320,79
DESPESAS DE CAPITAL	19.641,10	106.567,85
INVESTIMENTOS	19.641,10	106.567,85
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	5.283.240,17	39.553.869,43

II - EXTRA-ORCAMENTARIO

RESTOS A PAGAR	0,00	220.945,36
PAGAMENTOS	0,00	215.635,36
CANCELAMENTOS	0,00	5.310,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZAVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	229.138,88	2.888.384,76
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
DEBITOS DE TESOURARIA	229.138,88	2.888.384,76
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	0,00
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	229.138,88	3.109.330,12
TOTAL DO EXTRA-ORCAMENTARIO		

SALDO PARA O MES SEGUINTE

CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	30.363.770,33	30.363.770,33
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MES SEGUINTE	30.363.770,33	30.363.770,33
TOTAL	35.876.149,38	73.026.969,88

Gabriel Luiz Franceschi
 Diretor de Diretoria de Apoio Técnico
 Matrícula nº

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA

BALANCETE FINANCEIRO MES: Setembro
 ORGAG....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA
 UNIDADE...: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA MES: Setembro

I REF.:6AR2600 I

I PAG.: 000001 I

Exercicio:1997 I DATA:30/09/97 I

R E C E I T A

I N O M E S

I A T E O M E S

I - ORCAMENTARIA

RECEITAS CORRENTES	6.090.000,00	51.450.000,00
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVICOS	0,00	0,00
TRANSFERENCIA CORRENTES	6.090.000,00	51.450.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.900.000,00
OPERACOES DE CREDITOS	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	1.900.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
 TOTAL DA RECEITA	 6.090.000,00	 53.350.000,00

II - EXTRA-ORCAMENTARIO

ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZAVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	384.601,60	4.150.849,77
DEBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	384.601,60	4.145.539,77
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	0,00	5.310,00
 TOTAL DO EXTRAORCAMENTARIO	 384.601,60	 4.150.849,77

SALDO DO MES ANTERIOR

CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	30.363.770,33	22.000.721,71
VINCULADO	0,00	0,00
 TOTAL DE SALDOS DO MES ANTERIOR	 30.363.770,33	 22.000.721,71
 TOTAL	 36.838.371,93	 79.501.571,48

Gabriel Luiz Francisco
 Diretor de Diretoria de Apoio Técnica
 Matrícula n°.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA

BALANCETE FINANCEIRO MES: Setembro I REF.:6AR260A I
 ORGAO....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA I PAG.: 000002 I
 UNIDADE...: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA MES: Setembro Exercicio:1997 I DATA:30/09/97 I

DESPESA I NO MES I ATE O MES I

I - ORCAMENTARIA

DESPESAS CORRENTES	5.348.812,04	44.796.113,62
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.302.128,96	36.749.109,75
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DEPEAS CORRENTES	1.046.683,08	8.047.003,87
DESPESAS DE CAPITAL	11.496,05	118.063,90
INVESTIMENTOS	11.496,05	118.063,90
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00

TOTAL DE DESPESAS	5.360.308,09	44.914.177,52
-------------------	--------------	---------------

II - EXTRA-ORCAMENTARIO

RESTOS A PAGAR	0,00	220.945,36
PAGAMENTOS	0,00	215.635,36
CANCELAMENTOS	0,00	5.310,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZAVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	174.084,80	3.062.469,56
DEBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	174.084,80	3.062.469,56
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	0,00	0,00

TOTAL DO EXTRA-ORCAMENTARIO	174.084,80	3.283.414,92
-----------------------------	------------	--------------

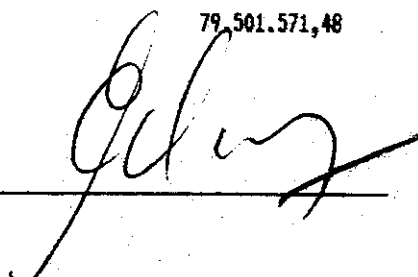
SALDO PARA O MES SEGUINTE

CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	31.303.979,04	31.303.979,04
VINCULADO	0,00	0,00

TOTAL BALDOS PARA O MES SEGUINTE	31.303.979,04	31.303.979,04
----------------------------------	---------------	---------------

TOTAL	36.838.371,93	79.501.571,48
-------	---------------	---------------


Gabriel Luiz Franceschi
 Diretor de Diretoria de Apoio Técnico.
 Matrícula nº.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA

I BALANCETE FINANCEIRO MES: Outubro

I REF.: GAR260A I

I ORGAO....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA

I PAG.: 000001 I

I UNIDADE...: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA

MES: Outubro

Exercicio:1997 I DATA:31/10/97 I

R E C E I T A	I N O M E S	I A T E O M E S
---------------	-------------	-----------------

I - ORCAMENTARIA

RECEITAS CORRENTES	5.840.000,00	57.290.000,00
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVICOS	0,00	0,00
TRANSFERENCIA CORRENTES	5.840.000,00	57.290.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.900.000,00
OPERACOES DE CREDITOS	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	1.900.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	5.840.000,00	59.190.000,00

II - EXTRA-ORCAMENTARIO

ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZAVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	1.057.322,54	5.208.172,31
DEBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.057.322,54	5.202.862,31
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	0,00	5.310,00
TOTAL DO EXTRAORCAMENTARIO	1.057.322,54	5.208.172,31

SALDO DO MES ANTERIOR

CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	31.303.979,04	22.000.721,71
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MES ANTERIOR	31.303.979,04	22.000.721,71
TOTAL	38.201.301,58	86.398.894,02

Gabriel Luiz Franceschi
 Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
 Matrícula nº.

[Handwritten Signature]

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA

BALANCETE FINANCEIRO	MES: Outubro	REF.: GAR260A
ORGAO....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA		PAG.: 000002
UNIDADE...: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST.DO PARANA	MES: Outubro	Exercicio:1997
		DATA:31/10/97
D E S P E S A	I N O M E S	I A T E O M E S

I - ORCAMENTARIA

DESPESAS CORRENTES	5.731.636,25	50.527.749,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.595.604,92	41.344.714,67
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESEAS CORRENTES	1.136.031,33	9.183.035,20
DESPESAS DE CAPITAL	12.667,52	130.731,42
INVESTIMENTOS	12.667,52	130.731,42
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	5.744.303,77	50.658.481,29

II - EXTRA-ORCAMENTARIO

RESTOS A PAGAR	2.665,46	223.610,82
PAGAMENTOS	2.665,46	218.300,82
CANCELAMENTOS	0,00	5.310,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZAVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	1.115.868,28	4.178.337,84
DEBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.115.868,28	4.178.337,84
INTERLIGACAO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORCAMENTARIO	1.118.533,74	4.401.948,66

SALDO PARA O MES SEGUINTE

CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	31.338.464,07	31.338.464,07
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MES SEGUINTE	31.338.464,07	31.338.464,07
TOTAL	38.201.301,58	86.398.894,02

Gabriel Luiz Franceschi
Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
Matrícula nº.